

Comissão Arinos propõe limite para salário de servidor

ANC 88
 Pasta Jul/Ago 86
 091

A moralização do serviço público foi uma das maiores preocupações da Comissão de Estudos Constitucionais, que aprovou no anteprojeto de Constituição Federal uma série de dispositivos para acabar com os "salários de marajás", os "trens da alegria" e outros escândalos do funcionalismo permitidos por leis omissas ou inadequadas.

De acordo com o que foi estabelecido ontem, nenhum servidor público poderá ter vencimentos superiores aos que serão fixados em lei complementar. O relator da matéria, jurista Miguel Reale, explicou que a intenção é dar fim aos salários astronômicos recebidos, por exemplo, pelos vereadores de Maceió.

Quanto aos "trens da alegria", como o que foi praticado no Senado Federal — que admitiu centenas de funcionários não concursados — a Comissão definiu que ninguém (exceto em cargos em comissão) será efetivado sem ter sido submetido a concurso público. E decidiu que qualquer cidadão terá o direito de iniciar ação popular para tornar nulos atos já realizados.

Alguns outros dispositivos legais foram aprovados para beneficiar o funcionalismo, como a garantia de estabilidade a todos os servidores concursados da administração direta ou indireta, a partir do segundo ano de trabalho. No capítulo de aposentadoria, ficou estabelecido o limite, para o magistério, de 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens, como norma constitucional. Além disso, os servidores civis, ao se aposentarem, terão os mesmos direitos que os militares,

que já recebem vencimentos integrais, relativos ao posto superior, atingido com a reserva. O jurista Miguel Reale já prevê que a matéria causará grande polêmica na Constituinte.

Terminado o capítulo do funcionalismo, os integrantes da Comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos trataram do Legislativo. Sem provocar maiores debates, foi derrotada uma emenda do professor José Afonso da Silva, propondo a extinção do Senado e a adoção do sistema de unicameralismo, onde só a Câmara Federal existiria.

Silva sustentou que o Senado mantém uma duplicidade de funções com a Câmara, e que o sistema unicameral fortaleceria o Legislativo diante do Executivo. Além disso, afirmou que os Senadores representam os segmentos mais conservadores da sociedade. Na contra-argumentação, o jurista Miguel Reale Júnior afirmou que o Senado é integrado por candidatos eleitos pelo voto majoritário e direto da população, e que oferece a todos os Estados do País a oportunidade de serem representados igualmente por três Senadores.

● Lembrando que no Brasil os deficientes já são 13 milhões, sem contar as vítimas das seqüelas do alcoolismo e da toxicomania, a coordenadora do Movimento pela Participação do Deficiente na Constituinte, Berenice Reis Lessa, propôs emenda aditiva à tese de igualdade de direitos exposta por Marília Muricy na 11ª Conferência Nacional da OAB. Ela quer garantido o reconhecimento da deficiência e assegurado o processo de sua recuperação, não só para ter uma vida normal, mas também com a finalidade de assegurar o ingresso do deficiente no mercado de trabalho.

D. Hélder pede menos pessimismo e lembra que 2000 está chegando

PORTO ALEGRE — O Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, disse ontem que a Constituinte não deve ser encarada com pessimismo, mesmo que a próxima Constituição não seja a ideal para a realidade brasileira. Dom Hélder, que está percorrendo o País falando da importância da eleição da Constituinte, afirmou que está tão entusiasmado com a proximidade da eleição que nem mesmo problemas como a reforma agrária devem preocupar.

— Se conseguirmos fazer justiça sem ódio, daremos um belo exemplo à América Latina. Estamos a 14 anos do ano 2000 do nascimento de Cristo e, em 15 de novembro, teremos a possibilidade de uma recria-



ção na Constituição que norteará os destinos daquele que será o maior País católico do mundo no ano 2000.

PMDB prepara reunião com 24 temas para serem levados à Constituinte

BRASÍLIA — A política econômica do Presidente José Sarney, a estrutura dos Partidos políticos brasileiros, a reforma agrária, a lei de greve e a informática são alguns dos 24 temas do congresso que o PMDB vai realizar nos dias 26, 27 e 28 deste mês, quando fixará suas diretrizes para a elaboração da futura Constituição.

— Faremos em tres dias o que a Comissão Afonso Arinos levou um ano para fazer — anunciou ontem um dos organizadores.

O PMDB mobilizou mais de 500 pessoas para o evento, inclusive Governadores e Prefeitos, e convidou o Presidente José Sarney e os candi-

datos à Constituinte para encerrar o simpósio. Além desses, convocou entidades de todos os tipos — da CNBB à Associação dos Diplomandos da Escola Superior de Guerra, passando por entidades sindicais, algumas vinculadas ao PT, e personalidades estrangeiras — entre elas, o ex-Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, e Hortensia Allende, viúva do ex-Presidente do Chile.

Ontem, alguns dirigentes do Partido admitiram que do congresso poderão sair "críticas construtivas" ao Governo Sarney, especialmente quanto ao encaminhamento do Plano de Metas.